

**ATA**

Aos vinte e quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e doze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Vice - Presidente da Câmara - Domingos Bragança Salgado - e Vereadores - Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceu o Presidente da Câmara por se encontrar em representação do Município no evento "A cultura que faz cidade. A cidade que faz cultura", que se realiza em Madrid, organizado pelo Círculo de Empresários e Gestores Espanhóis e Portugueses, tendo a falta sido considerada justificada. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.05 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----**INTERVENÇÕES**-----

**1 – Vereador José Manuel Antunes** – Referindo-se às obras de requalificação da EB 2, 3 João de Meira, considerou tratar-se de um processo que desde o seu início não correu bem, uma vez que não foram tidas em conta as preocupações, quer da Direção da Escola, quer da Associação de Pais. Continuou, dizendo que logo após a conclusão das obras foram identificadas lacunas que desde então se encontram sinalizadas, requerendo uma segunda fase de intervenção para construção da Biblioteca e a requalificação do Pavilhão Gimnodesportivo, o que foi prometido pelos responsáveis políticos aquando da cerimónia de inauguração. A propósito,

lembrou que a EB 2,3 João de Meira tinha sido premiada com €25.000,00, verba que reverteu para equipamento, entretanto adquirido, encontrando-se amontoado e a perder qualidade devido às falhas ocorridas na execução do projeto. Assim, quis saber que resposta tem a Câmara Municipal para esta situação e bem assim para honrar o compromisso assumido. **2 – Vereador José Torcato Ribeiro – a)** - Congratulou-se com a atribuição a Guimarães do estatuto de Cidade Europeia do Desporto em 2013, em cerimónia realizada no Pavilhão Multiusos, felicitando a Câmara Municipal pelo sucesso da candidatura e em particular o Vereador Amadeu Portilha, na qualidade de responsável político pela área do desporto; **b)** – Quis saber qual o destino do espólio encontrado no decurso das várias escavações efetuadas na cidade. **3 – Vereadora Luísa Oliveira – a)** - Congratulou-se com a realização do Encontro Anual da “Energie Cities”, em que disse ter participado com muito gosto, considerando este movimento muito importante a nível europeu para a eficácia dos recursos e para o desenvolvimento sustentável. A propósito, lembrou a importância da assinatura do Pacto dos Autarcas, um compromisso para ultrapassar as metas traçadas pela política de energia da União Europeia através de um aumento da eficiência energética; **b)** - Disse querer felicitar todos quantos colaboraram para que a candidatura de Guimarães a Cidade Europeia do Desporto em 2013 tivesse sido aprovada. **4 – Vereador Amadeu Portilha –** Agradeceu as felicitações pela aprovação da candidatura de Guimarães a Cidade Europeia do Desporto em 2013. **5 – Vice-Presidente da Câmara – a)** – Sobre a requalificação da Escola EB 2,3 João de Meira disse que a Câmara Municipal havia aceitado, ao tempo, protocolar com o Ministério da Educação assumir a responsabilidade pelos estabelecimentos EB 2,3 do concelho,



tendo sido apresentadas àquela Entidade as necessidades que, à data, apresentavam os estabelecimentos EB 2,3 João de Meira, S. Torcato e Caldas das Taipas. Continuou, dizendo que, ao tempo, avançou-se, de imediato, com a requalificação da EB 2,3 João de Meira, tendo a equipa de projetos da Câmara Municipal, juntamente com os técnicos do Ministério da Educação e com a Direção da Escola, estudado a melhor requalificação deste estabelecimento, conseguindo a Autarquia negociar com a tutela o aumento do valor da obra de 2 para 4 milhões. Disse ter sido ainda possível, na altura, negociar um aumento da intervenção em causa, possibilitando a construção de raiz de um novo módulo e uma grande alteração no edifício frontal. Lembrou, ainda, que, no sentido de garantir a requalificação do Pavilhão Gimnodesportivo e a criação da Biblioteca Escolar, o Ministério da Educação tinha assumido o compromisso com a Autarquia e a direção escolar da disponibilização de apoio financeiro para aquelas intervenções, tendo o mesmo ocorrido com a reabilitação das EB 2,3 de S. Torcato e Caldas das Taipas, encontrando-se concluídos os projetos de requalificação, da responsabilidade da Câmara Municipal, sem que o Ministério da Educação tenha cumprido a sua parte que diz respeito à aprovação de candidaturas a financiamento. Quanto às garantias de cumprimento dos compromissos, disse que tudo poderá ser feito desde que existam meios financeiros, referindo, a propósito, a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, publicada no passado dia 21 de Fevereiro, apontando os constrangimentos que este diploma tem causado, designadamente uma insegurança enorme a todos quantos participam na vida pública, visto que responsabiliza criminal e financeiramente os agentes que aprovarem despesas sem terem em consideração os fundos disponíveis calculados de

acordo com aquele diploma, cuja regulamentação ainda não foi publicada, conforme previa esse mesmo diploma; **b)** – Sobre o espólio encontrado no decurso das várias escavações efetuadas na cidade disse que as obras são sempre acompanhadas por um arqueólogo e que na próxima reunião daria uma informação com mais detalhe sobre o assunto; **c)** – Agradeceu a intervenção da Vereadora Luísa Oliveira, concordando com a importância da eficiência energética e das energias renováveis. Disse ser propósito da Câmara Municipal aderir ao Pacto de Autarcas por forma a possibilitar o aumento da eficiência energética e a utilização de fontes de energia renováveis. Agradeceu, também, a felicitação pela aprovação da candidatura de Guimarães a Cidade Europeia do Desporto em 2013. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

Foi aceite, por unanimidade, votar, antes da ordem do dia, as seguintes propostas: -----

**VOTO DE LOUVOR – MÉDICO HÉLDER PEREIRA DISTINGUIDO POR INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA** – Presente a seguinte proposta – “O médico Vimaranesense Hélder Pereira, a Câmara Municipal de Guimarães foi galardoado no 15º Congresso da European Society of Sports Traumatology Knee Surgery and Arthroscopy (ESSKA), com o prémio para o melhor projeto de investigação científica pela mais importante Sociedade Europeia dedicada à Artroscopia e Traumatologia Desportiva. Desenvolvida no Grupo 3B’s, sedado no Avepark, que integra, a investigação deste médico vimaranense poderá permitir o tratamento de lesões de menisco até aqui consideradas irreparáveis, através de técnicas de engenharia de tecidos. Ao alcançar uma das mais prestigiadas distinções atribuída a um ortopedista português, Hélder Pereira acaba igualmente por, com o seu trabalho, acrescentar prestígio e



visibilidade internacionais a Guimarães, ao Avepark e ao Grupo 3B's. Pelas razões expostas, a Câmara Municipal de Guimarães congratula-se pela distinção atribuída com a aprovação do presente voto de louvor. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**VOTO DE LOUVOR – CLUBE DESPORTIVO DA CERCIGUI – NELSON SILVA E SUSANA DANIEL** - Presente a seguinte proposta – “Os atletas do Clube Desportivo da CERCIGUI, Nelson Silva e Susana Daniel, sagraram-se campeões do Mundo em Atletismo, integradas na representação de Portugal no 2.º Campeonato do Mundo para atletas com Síndrome de Down, que decorreu em Angra do Heroísmo. A Câmara Municipal de Guimarães apoiou a participação de uma representação de atletas da CERCIGUI no Campeonato do Mundo através de um apoio votado em reunião de Câmara. O êxito alcançado, que renova outros títulos alcançados em anos anteriores, releva o trabalho desenvolvido na instituição que os acolhe que procura potenciar uma formação profissional e uma cultura física que constituem eixos fundamentais para a obtenção da integração social dos seus educandos. Pelas razões expostas, a Câmara Municipal de Guimarães congratula-se com os resultados alcançados pelos atletas da CERCIGUI com a aprovação do presente voto de louvor”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**VOTO DE LOUVOR – MOREIRENSE FUTEBOL CLUBE ASCENDE À I LIGA** - Presente a seguinte proposta – “o Moreirense Futebol Clube alcançou na presente época 2011/2012 a ascensão à I Liga do Futebol Profissional. Este êxito desportivo revela fortemente o clube sediado na Vila de Moreira de Cónegos mas, igualmente, todos os vimaranenses que terão duas equipas a disputar a mais importante competição desportiva nacional na

próxima época, passando Guimarães a integrar o conjunto de Municípios com maior representação na I Liga, conjuntamente com Lisboa e Funchal. A ascensão do Moreirense justifica admiração e louvor, mas merece também referência pela exemplar gestão dos seus dirigentes, pela aposta em jovens atletas portugueses e pela postura de correção e desportivismo que patenteou ao longo de todo o campeonato. É ainda de justiça realçar a forma como o Clube soube merecer o apoio entusiástico dos seus adeptos, que se sentiram seguramente recompensados pelo resultado atingido, depois de uma época em que, mau grado as dificuldades económicas que sentiram nas suas vidas, acompanharam permanentemente o Moreirense, tanto “em casa” como nas diversas deslocações, apoiando a equipa, como sucedeu no jogo decisivo com a presença de milhares de apoiantes em número superior à totalidade da população da Vila de Moreira de Cónegos. Pelas razões expostas, a Câmara Municipal de Guimarães congratula-se com a ascensão do Moreirense Futebol Clube com a aprovação do presente voto de louvor”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**ENTIDADES PARTICIPADAS – ALTERAÇÃO DE DELIBERAÇÃO**

**- SUBSCRIÇÃO DE CAPITAL NA TURIPENHA** – Presente a seguinte proposta: “Em sessão de 4 de março de 2005 a Assembleia Municipal deliberou sancionar a proposta aprovada em reunião de Câmara de 28 de dezembro de 2004 de subscrição de capital da Cooperativa Turipenha, CIPRL, no valor total de €700.000,00, a liquidar em dez prestações semestrais de €70.000,00, entre 2005 e 2009. Destinava-se então este aumento de capital a assegurar à referida Cooperativa os meios financeiros necessários à renegociação da dívida existente, respeitante à aquisição do Teleférico, o que passava pela amortização do



empréstimo anteriormente contratualizado com a Caixa Geral de Depósitos. Até ao presente o Município realizou, entre os anos de 2005 e 2009, o montante de 630.000,00, restando apenas o valor de 70.000,00 euros, respeitante à décima e última prestação. De acordo com informação que nos foi prestada pela sua Direção, a Turipenha já liquidou o mencionado empréstimo, pelo que, através de ofício datado de 4 de Maio último, vem informar esta Câmara da sua disposição em prescindir da última prestação, no valor de €70.000,00, tendo em conta que os bons resultados obtidos nos últimos exercícios permitiram uma gestão equilibrada da Cooperativa e, desde logo, concretizar o objetivo que justificou o referido aumento de capital. Assim, proponho a alteração da deliberação de 28 de Dezembro 2004, no que diz respeito ao valor da subscrição do capital que, deste modo, seria reduzido de €700.000,00 para os €630.000,00 e o subsequente envio desta proposta para a Assembleia Municipal, para aprovação". A Vereadora Luísa Oliveira propôs que a verba de €70.000,00 fosse aplicada na requalificação da Casa Abrigo do Parque de Campismo da Penha. O Vereador Domingos Bragança explicou que essa é uma preocupação da Câmara e que a intervenção ocorrerá oportunamente. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ----**

-----**INFORMAÇÕES**-----

O Vice - Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** – De ter estado em Guimarães, entre os passados dias 27 e 30 de Abril, um grupo de cerca de 61 pessoas da União Luso Francesa Europeia (Associação composta por emigrantes lusos que vivem em Dijon) composta por crianças, jovens e adultos de Dijon, cidade de França com a qual Guimarães tem um Protocolo de Amizade. Disse que esta deslocação teve como objectivo o

intercâmbio de contactos e experiências com jovens e adultos de instituições culturais e desportivas de Guimarães, tendo a delegação sido recebida, no Salão Nobre da Câmara Municipal, pelo Presidente da Câmara. Ainda no âmbito desta visita, deu a conhecer os trabalhos oferecidos pelos elementos mais novos do grupo, e por eles elaborados, em homenagem à relação existente entre as duas cidades; **2** – De uma Informação dos serviços da CASFIG, EM, relativa à entrega de 6 habitações sociais, sendo uma delas em regime de residência partilhada. Fez uma referência à importância deste regime de “residência partilhada”, que veio possibilitar realojar pessoas isoladas numa mesma habitação, dizendo que esta experiência já havia sido bem sucedida anteriormente. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

**1** – Dos ofícios da Assembleia Municipal números 50 a 60, comunicando a aprovação, em sessão realizada no passado dia 27 de abril, das seguintes propostas: **a)** - "Relatório e Contas do Município de Guimarães - Ano de 2011"; **b)** – “Relatório e Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, em Liquidação, respeitante ao ano de 2011”; **c)** – “Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos – Proposta de Alteração e Republicação”; **d)** – “VIMÁGUA, EIM, SA – 1,º Aditamento aos Documentos Financeiros – Cancelamento de Garantias, Alteração do Capital Social e Fórmula de Atualização de Tarifas”; **e)** – “Aumento de Capital – Avepark – Parque de Ciência e Tecnologia, SA.”; **f)** - "Alteração ao Contrato de Arrendamento – Posto de Turismo da Praça de S. Tiago"; **g)** – “Prémio de Mérito "Guimarães Território de Aprendizagem"; **h)** – “Desafetação do Domínio Público - Sande





Vila Nova - Alvará de Loteamento n.º 37/98"; **i)** - "Alteração de Trânsito na Freguesia de Nespereira"; **j)** - "Alteração de Trânsito na Freguesia de Caldelas"; **K** - "Vitória Sport Clube - Pedido de Isenção de Taxas"; **2** - Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 20 de abril de 2012, que, no âmbito da **Hasta Pública n.º 1/2012 - Venda de 12 Viaturas Abandonados na Via Pública**, adjudicou à sociedade MJD - Metais Jaime Dias, SA, com sede na rua do Sanguinhal, Guidões, concelho da Trofa, 11 veículos abandonados na via pública pelo valor total de €2.048,00 + IVA e à Sociedade S.B.L. - Comércio de Componentes Auto, Lda., com sede na Rua Comendador Rodrigo Leite, n.º 25, Bouro, concelho de Esposende, 1 viatura pelo preço de €60,00 + IVA. **3** - Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 20 de abril de 2012, que, no âmbito da **Hasta Pública n.º 2/2012 - Venda de Materiais Ferrosos e de Alumínio**, adjudicou à sociedade MJD - Metais Jaime Dias, S.A., com sede na rua do Sanguinhal, Guidões, concelho da Trofa, o material ferroso pelo valor de €121,00 a tonelada e o material em alumínio por €1.010,00 a tonelada; **4** - Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 3 de maio de 2012, que, no âmbito da **Hasta Pública n.º 3/2012 - Venda de Eucaliptos**, adjudicou a José Carlos da Silva Pereira, residente na freguesia da Costa, deste concelho, o desbaste de eucaliptos localizados no terreno sito na rua da Venda Velha, da freguesia de Candoso Santiago, cuja cubicagem estimada era de 80 toneladas, pelo valor total de €3.180,00; **5** - Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 15 de maio de 2012, que aprovou a conta final, bem como o auto final da obra designada por "**Muro de suporte na Travessa de S. Mamede - Azurém**", nos valores, respetivamente, de €238.013,95 + IVA e de €35.100,79

+ IVA; **6** – Da seguinte informação da Chefe da Divisão de Património Municipal: “**ALIENAÇÃO DE TERRENO – AV. CONDE MARGARIDE – S. PAIO** – A Câmara Municipal de Guimarães adquiriu em 26/05/2011 um prédio com a área de 4.500 m<sup>2</sup>, à Sofonte – Imobiliária, SA, que conjuntamente com o terreno do antigo mercado permite a execução da denominada “Plataforma das Artes e da Criatividade” (PAC). No entanto, decorrente do processo de licenciamento de uma unidade hoteleira, sita na Av. Conde Margaride, S. Paio, promovido pela empresa Palco Moderno – Hotéis Unipessoal, Lda., atual detentora da posição que pertencia à Sofonte no mencionado processo de obras particulares, tornou-se necessária a ocupação de uma área de 355 m<sup>2</sup> pertencente à PAC, a fim de viabilizar o processo de licenciamento. De acordo com análise urbanística efetuada pelo Departamento de Projetos e Planeamento Urbanístico, verifica-se que a alienação daquela parcela de terreno viabiliza a construção da unidade hoteleira e favorece globalmente a solução urbanística fixada. Nesses termos, oficiou-se a promotora do empreendimento hoteleiro, no sentido de a informar que o Município adquiriu o terreno com a área de 4.500 m<sup>2</sup> pelo valor de €288,89/m<sup>2</sup>, pelo que havia disponibilidade para alienar a área de 355 m<sup>2</sup> pelo mesmo valor m<sup>2</sup> da aquisição. A empresa “Palco Moderno” aceitou a proposta da autarquia, estando disposta a adquirir a parcela com a área de 355 m<sup>2</sup> pelo preço total de €102.555,95, na mesma modalidade de pagamento que autarquia pagou o terreno inicial, tendo obtido concordância do Município. Por despacho do Vereador com poderes subdelegados, Dr. Domingos Bragança, datado de 11 de maio de 2012, e pelo preço total €102.555,95, foi autorizada a venda, à empresa Palco Moderno, de uma parcela de terreno com a área de 355 m<sup>2</sup>, a confrontar do norte e do poente com Palco



Moderno – Hotéis Unipessoal, Lda. e do sul e do nascente com o restante terreno do Município de Guimarães, e à qual foi atribuído o art.º P 1041, a desanexar do prédio descrito na Conservatória sob o n.º 294/S. Paio, que é fracionado para ampliação do logradouro do prédio urbano do Palco Moderno, descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº 591/S. Paio, com a área de 1.214 m<sup>2</sup>, e inscrito na respetiva matriz urbana sob o artigo 1040, destinando-se, por isso, aquela parcela de terreno a ser anexada a este prédio que lhe é contíguo. O referido preço será pago em sete prestações e da seguinte forma: a primeira prestação, no valor de €30.776,78 é paga no ato da escritura, sendo que as restantes seis prestações serão pagas trimestralmente, de forma consecutiva, vencendo-se a primeira três meses após a outorga da escritura, sendo o valor de cada uma delas de €11.963,19, e o valor da última de €11.963,22. Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, deverá submeter-se o presente assunto a conhecimento do Órgão Executivo”. -----

Sobre este assunto, o Vereador José Torcato Ribeiro solicitou alguns esclarecimentos, designadamente sobre a necessidade de ocupação de uma área de 355 m<sup>2</sup> pertencente à Plataforma das Artes de Criatividade, a fim de viabilizar o processo de licenciamento de uma unidade hoteleira, sita na Av. Conde Margaride. Disse, ainda, parecer-lhe que a Câmara Municipal não teria feito um bom negócio. -----

A Vereadora Luísa Oliveira disse que a Avenida Conde Margaride é uma das artérias privilegiadas para Capital Europeia da Cultura 2012 com a implementação de algumas obras emblemáticas. Lembrou que quando foi apresentado o projeto da Plataforma das

Artes e Criatividade foi dito que a sua execução iria permitir ter uma visão sobre o fundo da Avenida, ampla e aberta até à Veiga de Creixomil, o que lhe parecia bem. No entanto, referiu que o edifício que está a surgir constitui um obstáculo físico a essa visão aberta sem deixar de considerar, no entanto, que a implantação de novas unidades hoteleiras é benéfica para a fixação de turistas na cidade. -----

O Vice-Presidente da Câmara esclareceu os contornos deste processo de alienação de terreno, esclarecendo que o mesmo foi definido através de um estudo urbanístico que contemplava a intervenção do Município para a construção da Plataforma das Artes e Criatividade e, simultaneamente, de um empreendimento particular com a instalação de uma unidade hoteleira. Acrescentou, ainda, que este equipamento, a ser inaugurado no próximo dia 24 de Junho, corresponde às expectativas criadas pelos vimaranenses. No que concerne aos valores da transação, esclareceu que os mesmos respeitam a avaliação elaborada por perito oficial para aquisição, pelo Município, do terreno necessário à Plataforma das Artes. -----

#### -----DELIBERAÇÕES-----

**CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 2012.** Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se as Vereadoras Francisca Abreu e Alexandra Gesta por não terem estado presentes na reunião -----

**OBRAS PÚBLICAS – REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA DA PRAÇA DO TOURAL, ALAMEDA DE S. DÂMASO E RUA DE SANTO ANTÓNIO – CONTA FINAL** – Presente, para aprovação,



a conta final, datada de 14 de Maio de 2012, bem como o auto final da obra em assunto, adjudicada a "ACA – Alberto Couto Alves, SA", nos valores, respetivamente, de €6.437.321,03 + IVA e de €77.439,28 + IVA. A informação da conta final dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Interveio a Vereadora Alexandra Gesta comunicando, a propósito, que o projeto de renovação urbana do Largo do Toural, Alameda de S. Dâmaso e Rua de Santo António é uma das seis obras portuguesas eleitas para a VIII Bienal Ibero-Americana de Arquitetura e Urbanismo (BIAU), em Espanha. Interveio, também, o Vereador José Torcato Ribeiro questionando a execução de intervenções no Largo do toural que haviam sido anunciadas, designadamente a possibilidade de visionar a praça a partir do cimo da muralha localizada no início da Alameda de S. Dâmaso. O Vice-Presidente da Câmara retorquiu afirmando que a execução da obra está de acordo com o que havia sido projetado.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**URBANISMO – PROCESSO RECRIA – COMPARTICIPAÇÃO DA  
CÂMARA MUNICIPAL – EDIFÍCIO SITO NO LARGO  
CONDESSA DO JUNCAL, 47-51 – FREGUESIA DE S. PAIO –**

Presente a seguinte informação: "Em reunião de 12 de Junho de 2008, a Câmara Municipal aprovou, genericamente, o pagamento das comparticipações devidas pelo Município, no âmbito dos processos instruídos ao abrigo do Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Arrendados (RECRIA), após aprovação da candidatura pelo Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU). Esta proposta foi aprovada na sequência de dúvidas que se levantaram quanto à necessidade de, ainda que observados os dispositivos legais que aprovaram aquele Regime Especial, a transferência de verbas para

os particulares carecer de deliberação camarária. Na sequência daquela deliberação genérica, e devido à imprevisibilidade do número de processos RECRIA aprovar anualmente, foi entendido submeter a aprovação da Câmara Municipal os processos individualmente. Assim, no âmbito do processo RECRIA nº. 45, as Sras. Maria José Abreu Ribeiro Gomes Alves e Maria Amélia Ribeiro Gomes Alves Xavier solicitaram, na qualidade de proprietárias do edifício sito no Largo do Trovador, 47-51, freguesia de S. Paio, a realização de obras naquele imóvel ao abrigo do referido Programa RECRIA. Esta candidatura mereceu aprovação por parte do Município, em 10 de Novembro de 2011, e do IHRU, conforme ofício junto ao processo de 9 de Dezembro de 2009, nas seguintes condições de comparticipação: -----

Custo total da obra	151.977,00 € (c/ IVA a 5%)
Comparticipação total	119.575,20€ (c/ IVA a 5%)
Comparticipação IHRU	71.745,12 € (c/ IVA 5 %)
Comparticipação CMG	47.830,08 € (c/ IVA a 5%)

No entanto, devido à alteração do valor do IVA a cobrar nestes casos, foi necessário proceder à correção do valor de comparticipação por parte do Município a pagar que resultou no valor total de €48.285,60, nas seguintes condições de comparticipação: -----

Custo total da obra	151.977,00 € (c/ IVA a 5%)
Comparticipação total	119.575,20€ (c/ IVA a 5%)
Comparticipação IHRU	71.745,12 € (c/ IVA 5 %)
Comparticipação CMG	48.285,60 € (c/ IVA a 6%)

Em 16 de Janeiro de 2012, a obra foi dada como concluída, tendo já sido apresentada, pelo empreiteiro, a factura relativa às obras realizadas. Sendo, agora, necessário proceder ao pagamento do valor que corresponde à comparticipação do Município, propõe-se que a Câmara Municipal autorize a realização desta despesa, nos termos e para os efeitos previstos no Decreto – Lei nº. 329-C/



2000, de 22 de Dezembro". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PROTOSCOLOS – MERCADO SOCIAL DE ARRENDAMENTO – PROGRAMA DE EMERGÊNCIA SOCIAL** –

Presente a seguinte proposta: "Foi proposto à Câmara Municipal de Guimarães uma parceria com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP (IHRU), o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP (IGFSS) e a NORFIN – Sociedade Gestora de Fundos de Investimentos Imobiliários, SA, tendo por objeto aderir à iniciativa designada por "Mercado Social de Arrendamento", que consiste na disponibilização no mercado de arrendamento imóveis dispersos pelo concelho, com valores de renda mensais inferiores em 30% relativamente aos valores médios praticados em mercado livre. A CASFIG, EEM, consultada para o efeito, foi de opinião que a adesão a esta parceria é de todo o interesse, atendendo a que constitui uma mais valia na resolução de problemas associados às dificuldades financeiras de muitas famílias vimaranenses, uma vez que vem dar resposta a um segmento da população que, pese embora não se enquadre nos requisitos exigidos para realojamento em habitação social, possui uma situação económica e financeira que não lhe permite aceder ao mercado de arrendamento livre. Nesta conformidade, no passado dia 16 de maio, o Município de Guimarães assinou o Protocolo de Colaboração com as referidas entidades, que se se anexa e se submete à Câmara Municipal para ratificação. Considerando o objeto social da CASFIG, EEM e a sua especial vocação em matéria de habitação social, proponho que a Câmara Municipal delegue naquela empresa municipal a gestão dos processos inerentes ao "Mercado Social de Arrendamento". O referido Protocolo dá-se

aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Há algumas semanas atrás, exatamente no período antes da Ordem do dia, alertamos o executivo para a necessidade de mobilizar uma rede local mais abrangente, no sentido de criarmos um plano de emergência social, de âmbito local, para fazer face às muitas e ainda muitas mais silenciosas e discretas situações de grande precariedade que alastram no nosso concelho. Não foi demagogia e, muito menos uma intervenção que pretendesse dar visibilidade pública à atuação dos vereadores neste órgão. A nossa postura tem sido sempre pautada por uma intervenção que procura cumprir um compromisso com o eleitorado que aqui nos colocou, com toda a legitimidade conferida pelo nosso atual sistema democrático. É aqui e, no âmbito das nossas funções que temos que defender os interesses dos nossos concidadãos. Quando fizemos essa intervenção fomos cautelosos, não apontamos soluções porque boa parte delas estão inseridas no Programa de Emergência Social, anunciado pelo Ministro Mota Soares, julgo que em 5 de Agosto de 2011. Nessa altura, e, por motivos profissionais li o discurso e as medidas anunciadas no mesmo. Uma experiência de 30 anos na área social dá-nos sempre o distanciamento prudente que nos permite distinguir a intenção política da ação concreta. Mas, esse discurso proveniente do poder central agradou-me, em boa parte, porque tinha subjacente um apelo ao poder local que pessoalmente defendo por estar mais próximo dos cidadãos, um espírito de parceria imprescindível e, ainda mais em situações de grave crise, como a que atravessamos sobretudo desde 2008, e não queria deixar de salientar aqui o





aspecto que mais me agradou nesse conjunto de medidas. O responsável político que deu a cara por este Programa teve o bom senso de manter algumas medidas que vinham sendo ensaiadas também pelo poder central e incluiu medidas que foram testadas e avaliadas pelo poder local, nomeadamente esta que hoje é objecto de protocolo por parte do nosso município. Os portugueses entraram num registo que condeno, desde há muito, de apontar o dedo ao que está mal mas nunca de referir com honestidade aquilo que se faz bem. É importante mudarmos de atitude, é politicamente responsável saber reconhecer quem faz bem e, como dizia o Sr. Ministro, ajudar quem ajuda. Não vou aqui alongar-me sobre o que poderia ser feito antes para que muitas famílias não vissem hoje num Fundo as habitações, que tanto lhes custaram a pagar aos Bancos durante anos, a culpa nunca morre solteira e, há casamentos que mesmo maus duram anos. O que importa aqui é ressalvar que sem discutir direitos de autor, o poder central está empenhado em cumprir a totalidade das medidas propostas e, o poder local está como é sua obrigação a responder afirmativamente a este grande desafio nacional. Por tudo isto o PSD vota favoravelmente esta proposta". -----

O Vice-Presidente e os Vereadores Francisca Abreu, César Machado, Amadeu Portilha, Alexandra Gesta e José Augusto Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Votamos a favor da proposta de parceria para a iniciativa "Mercado Social de Arrendamento", dado que na atual situação de emergência social que atinge tantas famílias portuguesas e vimaranenses, todas as iniciativas que possibilitem apoios para minorar as dificuldades financeiras que as atingem, são bem-vindas e devem merecer a participação municipal. Temos clara consciência que esta iniciativa só corresponde a uma pequena parte dos problemas que centenas

de milhares de famílias sentem nesta fase das suas vidas relativamente às habitações onde residem, sejam proprietárias ou arrendatárias. Nesse sentido defendemos a assunção de uma política nacional de habitação a ser proposta em primeiro lugar pelo Governo. A experiência acumulada, ao longo de vários anos, pela CASFIG aconselha o seu aproveitamento e a delegação proposta para que seja esta empresa a assegurar a participação municipal nos processos inerentes à parceria proposta. Por último, oferece-nos sérias dúvidas a exigência de um fiador nas candidaturas a apresentar, pelo que deve a CASFIG estudar a melhor forma de superar essa obrigação, quando ela for condicionadora do acesso às habitações colocadas no referido Mercado". -----

**REGULAMENTOS – INSTITUIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE DE GUIMARÃES** – Presente a seguinte proposta

da Vereadora Francisca Abreu: "Com a aprovação da Lei nº 6/2012, de 10 de fevereiro, a Assembleia da República decreta a primeira alteração à Lei nº 8/2009, que criava o regime jurídico dos conselhos municipais de juventude que, desde a sua publicação, suscitou várias tomadas de posição da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) muito críticas relativamente a várias das disposições ali contidas. A discordância da ANMP, suportada sobretudo em argumentos de carácter jurídico, mas também político, é de tal modo vincada que, de forma reiterada em várias circulares, a ANMP instava os municípios seus associados a não instituir tais conselhos até que fossem sanados os vícios identificados na lei anterior, ao mesmo tempo que os encorajava a continuar a implementar políticas de apoio à juventude e aos organismos juvenis. Concordante com as críticas veiculadas pela ANMP, o Município de Guimarães absteve-se de



constituir o conselho municipal de juventude tal como previsto na lei de 2009, mantendo-se atento ao evoluir da situação, designadamente ao resultado da iniciativa promovida pela ANMP junto da Procuradoria da República suscitando a sua inconstitucionalidade. Face à promulgação e publicação da nova lei, a ANMP emitiu em 13 de fevereiro último uma nova circular referindo que “tal diploma não modificou aspetos que a ANMP considera essenciais para uma aplicação efetiva do respetivo regime, uma vez que mantém normas que se constituem como intromissões desproporcionadas do legislador em matérias que só aos municípios cabe definir, desrespeitando-se, assim, o princípio da autonomia das autarquias locais” pelo que, conclui, “a posição da ANMP (...) sobre esta temática mantém-se inalterada, uma vez que a Lei nº 6/2012, de 10 de fevereiro, não modificou os problemas e desconformidades que anteriormente lhe eram apontados”. A Lei nº 6/2012 estabelece, contudo, no seu Artigo 27º que “os municípios que à data de entrada em vigor da presente lei não se encontrem dotados de um conselho municipal de juventude devem proceder à sua instituição, nos termos da presente lei, no prazo máximo de seis meses”, ou seja, até 1 de setembro de 2012. Deste modo, apesar das reservas que continuamos a manter relativamente a várias disposições contidas na lei em apreço, não nos resta outra alternativa senão a sua aplicação, pelo que propomos a aprovação da proposta de regulamento anexa, e seu posterior envio à Assembleia Municipal”. O Regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Guimarães dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho

Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “É antiga a pretensão manifestada, pelo PSD mas particularmente pela Juventude Social Democrata de Guimarães, de instituição de um Conselho Municipal de Juventude (CMJ) com efetivos poderes e atribuições, como uma forma de abertura à sociedade civil e em particular aos movimentos juvenis, mas sobretudo como forma de incentivo à responsabilização e prática de atividade cívica e política pelos mais jovens. A Câmara Municipal sempre se recusou a seguir este caminho, preferindo sempre a instituição de um modelo de CMJ que pudesse ficar sob alçada da Câmara Municipal, o que sempre manifestamos contrariar o espírito que deve presidir a uma estrutura desta natureza. É igualmente antiga a pretensão do PSD, várias vezes materializada na Assembleia Municipal sob a forma de moções e propostas de recomendação, de instituir em Guimarães uma Assembleia Municipal de Juventude (AMJ), que promovesse o debate das questões cívicas e urbanas entre os mais jovens, que fomentasse e promovesse a participação e a formação daqueles que farão a Guimarães de amanhã, que assegurasse a representatividade das estruturas juvenis, partidárias ou cívicas, que existem no nosso concelho. O PS sempre inviabilizou com o seu voto contra estas sucessivas tentativas do PSD de criação desta AMJ que, não sendo inovadora uma vez que tem lugar noutros municípios do nosso País, seria ainda um excelente exemplo de abertura à sociedade e de interesse na participação e fomento da formação dos Vimaraneses de amanhã. O PS sempre inviabilizou esta pretensão e paralelamente criou a figura artificial do “Parlamento Jovem Europeu” que tem de alcance europeu a limitação das cidades geminadas com Guimarães e que tem características competitivas que não sendo de descurar nada têm que ver com a



perspetiva formativa dos nossos jovens e promocional da participação cívica e política que sempre pretendeu o PSD com a Assembleia Municipal de Juventude. No entanto, muito particularmente a JSD-Guimarães, sempre batalhou sobretudo em instâncias nacionais por que viesse a ser instituído um regime que regulasse transversalmente os CMJ's, por forma a que o modelo de CMJ a adotar não ficasse dependente dos critérios e orientações de cada município, mas fosse outrossim debatido a um nível nacional sendo depois adotado por todos os municípios. A Lei nº6/2012 vem precisamente instituir esse regime, sendo aliás uma lei que estava já devidamente preparada e consensualizada entre PS e PSD, e respetivas juventudes partidárias, ainda na anterior legislatura. Percebe-se do texto da deliberação que nos é proposta que é contrariada que a Câmara propõe a aprovação deste ponto. Percebe-se que apenas o faz porque a Lei nº 6/2012 impõe um prazo de 6 meses para a instituição obrigatória dos CMJ's nos diversos municípios do País. Mas lamenta-se esta posição. Lamenta-se que a Câmara de Guimarães se refugie numa postura defensiva, de medo da pronúncia dos jovens. Lamenta-se que a Câmara de Guimarães receie a partilha das decisões na área da juventude com este novo órgão, é sempre mais fácil decidir sozinho, sem ter que ouvir ou prestar contas. Lamenta-se que algumas câmaras, como a Câmara do Porto, tenha já a primeira reunião do CMJ/Porto em meados de Junho, e em Guimarães se aprove a sua instituição manifestamente (e declaradamente) a contra-gosto. Esperamos um funcionamento pleno e com representação adequada do Conselho Municipal de Juventude de Guimarães, e estaremos atentos a quaisquer tentativas de esvaziar o órgão. Em defesa da livre participação democrática. O PSD, pelo contrário, manifesta ser claramente ser a favor da

instituição e formalização de organismos juvenis que prossigam perspectivas didáticas e formativas, que promovam a envolvimento cívica e política dos mais jovens, que fomentem nos nossos jovens o interesse pela política local, pelos temas que habitualmente interessam apenas aos "mais velhos". O PSD não olha com desconfiança para os Vimaraneses do futuro, nada temos a temer da sua pronúncia, a boa prática democrática aconselha a que a comunidade seja ouvida e envolvida o mais possível, é isto que se pretende com a instituição dos CMJ's. É por essa razão que, convictamente, votamos **favoravelmente**". -----

O Vice-Presidente da Câmara e os Vereadores Francisca Abreu, César Machado, Amadeu Portilha, Alexandra Gesta e José Augusto Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Votamos a favor da proposta para a instalação, no nosso Município, do Conselho Municipal de Juventude, nos termos da Lei nº 6/2002, de 10 de Fevereiro, que alterou a anterior legislação, embora mantendo as reservas anteriores a muitos pontos da legislação em vigor, acompanhando posições expressas pela Associação Nacional de Municípios e pelo Provedor de Justiça. Com efeito, ao estabelecer como obrigação dos Municípios o apoio às atividades dos Conselhos Municipais da Juventude, nomeadamente logístico e administrativo, cedência de instalações para funcionamento e para eventos promovidos, divulgação das atividades em edições municipais, parece claro que não se está a respeitar o princípio da autonomia das autarquias locais. Considerando, porém, a obrigação legal, e na convicção que o Conselho Municipal da Juventude possa, na amplitude da participação do associativismo juvenil local, contribuir com escola da cidadania democrática, aprovamos a proposta apresentada". -----



**PATRIMÓNIO – COMODATO EB1 DE ARCELA, COSTA – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS SANTOS SIMÕES** – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “O Agrupamento de Escolas Santos Simões vem manifestar à Câmara Municipal o interesse em manter sob sua gestão o edifício da escola EB1 de Arcela, da freguesia da Costa, atualmente desativada, utilizando aquelas instalações para o reforço da matemática através do desenvolvimento de iniciativas diversas orientadas para os alunos do Agrupamento e para o apoio aos docentes, em colaboração com a Associação para a Educação Matemática Elementar. De acordo com informação prestada pela Divisão de Educação, apesar dos progressos verificados, os conhecimentos dos estudantes portugueses de 15 anos em leitura, matemática e ciência situam-se ainda abaixo da média dos países avaliados pelo “Relatório Pisa”, o que significa que deve manter-se o esforço de investimento na educação de forma a garantir melhorias na eficácia e na qualidade do sistema de educação. Considerando a valia do projeto que o Agrupamento de Escolas Santos Simões pretende implementar, propõe a Divisão de Educação desta Câmara Municipal que o Agrupamento de Escolas conserve a gestão da extinta EB1 da Arcela, em regime de comodato, enquanto contributo do Município para o aperfeiçoamento do sistema de educação no concelho de Guimarães. Deste modo, em caso de concordância superior, deverá ser formalizada a cedência do identificado prédio através de contrato de comodato, a fim de satisfazer as necessidades do Agrupamento de Escolas Santos Simões, e demais população, tendo aquele Agrupamento pronunciado favoravelmente quanto ao teor da minuta. Assim, deverá ser submetida a deliberação camarária, ao abrigo da alínea b), nº 4 do artigo 64º da Lei nº

169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, a cedência ao Agrupamento de Escolas Santos Simões, do antigo edifício escolar da Arcela, Costa, descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº 1026/20070326 e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 670, mediante a celebração de um contrato de comodato, conforme minuta que se anexa, onde ficarão a constar os direitos e obrigações de ambas as partes". A minuta do contrato de comodato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto:** "O PSD nada tem a opor a esta proposta de comodato. No entanto, sempre temos manifestado que as intervenções realizadas nas freguesias, particularmente estas que implicam a entrega de equipamentos com afinidades e ligações à própria freguesia, não devem ser decididos sem que seja consultada a entidade administrativa com jurisdição política sobre o respetivo território. Ao verificarmos que esta proposta nada refere quanto a um pedido de pronúncia da Junta de Freguesia, em coerência, esse facto deve merecer a nossa oposição, que por isso deixamos expressa em declaração de voto. Não obstante, e como temos feito em situações análogas, votaremos favoravelmente por nada termos a opor à substância da proposta. Mas deixando expressa a nossa censura pela ignorância absoluta a que a Câmara Municipal vota as Juntas de Freguesia do nosso concelho". -----

**PATRIMÓNIO – PROVIDÊNCIA CAUTELAR – SUSPENSÃO DA EFICÁCIA DA NORMA CONTIDA NO ARTIGO 2º, N.º 1, DA PORTARIA N.º 106/2012, DE 18 DE ABRIL** – Presente a





seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “Foi publicada, no passado dia 18 de abril, a Portaria n.º 106/2012, relativa ao financiamento da avaliação geral de prédios urbanos. Dispõe o artigo 2º desta Portaria que *“é afeta às despesas relacionadas com a avaliação geral dos prédios urbanos, uma verba de 5% da receita tributária do imposto municipal sobre imóveis relativo ao ano de 2011, a arrecadar em 2012”*. O que se pretende com esta disposição legal é a retenção de 5% das verbas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a arrecadar no corrente ano, e que servirá para cobrir o custo da avaliação geral de imóveis que está em curso. No entanto, se por um lado esta avaliação geral ainda não se encontra a ser realizada, porque as equipas de trabalho ainda não estão devidamente constituídas, por falta de peritos a indicar pelos Serviços de Finanças, por outro lado, e após o apuramento dos custos médios a suportar pelo Estado com estas avaliações, poder-se-á comprovar que a despesa do Estado com este serviço é muito inferior ao valor da retenção aprovada pelo diploma legal. Desde logo, e com base em valores médios e arredondados, no concelho de Guimarães existem cerca de 55.000 prédios para avaliar. Apurado o valor médio de custo do perito para cada avaliação chegou-se a um valor de €1,50, o que significaria um custo aproximado para o Estado de €82.500,00. De acordo com informações que nos foram facultadas pelo serviço de finanças, a receita apurada para o ano de 2012, relativamente ao IMI do ano de 2011, para o Município de Guimarães é de € 15.845.791,98, o que significa que a retenção de 5% deste valor será de aproximadamente €792.289,60. Em face desta desigualdade do valor custo/benefício foi ponderada a apresentação de uma providência cautelar, tal como sugerido pela Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP). Esta

entidade aconselhou todos os municípios a acionar judicialmente o Estado, quanto ao preceituado naquela Portaria, entendendo que se trata de uma “apropriação ilegítima” de receitas municipais, e disponibilizou um parecer jurídico, bem como um modelo de providência cautelar de suspensão da eficácia da norma contida na indicada Portaria a utilizar por cada município, conforme documentos que se anexam como docs. 1 e 2. Perante o exposto, e por razões que se prendem com o prazo para apresentação da providência cautelar e da sua eficácia, foi decidido que o Município de Guimarães deveria avançar com uma providência cautelar, contra o Estado Português, nos termos constantes dos documentos supra referidos, sendo agora necessário submeter esta decisão ao Órgão Executivo para ratificação”. Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima, que apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Aquilo que nos é proposto é a ratificação da decisão de apresentação de uma providência cautelar – já apresentada pelo Município de Guimarães – para suspensão da eficácia da Portaria nº 106/2012 de 18.04, particularmente da norma do artigo 2º nº1, que é essencialmente a que prevê a retenção pelo Estado de 5% das receitas de IMI a arrecadar no Município de Guimarães no corrente ano de 2012. Retenção essa que se justifica com o custo a suportar pelo Estado com a avaliação dos imóveis que está já em curso, sendo no caso de Guimarães cerca de 55.000 prédios. A Câmara propõe-nos esta providência cautelar – já apresentada! – Considerando que, por um lado, a reavaliação dos imóveis ainda não está a ser realizada, e por outro lado, porque nos apresenta umas contas de acordo



com as quais, alegadamente, o valor a suportar pelo Estado será muito inferior ao arrecadado. Vejamos: Como ponto prévio convém referir que numa matéria com esta importância os vereadores ditos de oposição tinham que ter sido envolvidos nesta decisão, para agora a poderem melhor apreciar em ratificação. Consideramos uma falta de respeito institucional que numa matéria desta natureza, que tem que forçosamente ser presente para ratificação por uma questão de prazo para a sua apresentação, os vereadores não sejam consultados ou pelo menos inteirados em momento anterior. O que não podemos deixar de manifestar. Depois, não deixa de ter até uma certa graça o primeiro dos argumentos invocados para a apresentação da providência cautelar, o de que a reavaliação dos imóveis não se encontra ainda em curso. Diz-se no tal artigo 2º nº1 que *"é afeta às despesas relacionadas com a avaliação geral dos prédios urbanos, uma verba de 5 % da receita tributária do imposto municipal sobre imóveis relativo ao ano de 2011, a arrecadar em 2012"*. Ou seja, o que se quer claramente dizer é que 5% da receita de um ano fiscal será considerada para cobrir as despesas relacionadas com a avaliação geral dos prédios urbanos, independentemente de quando ela se realize, isto é, essa é a receita considerada genericamente necessária, independentemente de quando venha a ser feita essa reavaliação, o que, obviamente, a Câmara não desconhece só pretendeu apresentar um argumento, bastante forçado diga-se. Aliás, sempre se poderia perguntar: e quem pagou ao longo de todos estes anos as avaliações dos edifícios? Quem pagou, com recurso a funcionários próprios, as reavaliações no âmbito do CIMI? Não foi o Estado através dos seus serviços de finanças? E quem foram os beneficiários desse trabalho? Na lógica de solidariedade

intraestadual, não se preocupa a Câmara com a circunstância de o Estado ter pago a anterior avaliação dos prédios novos, e em bom rigor de todos os prédios até aqui, sendo dessas avaliações as câmaras as únicas beneficiárias mas nunca tendo que gastar um tostão? O segundo argumento, de que o valor de 5% a arrecadar no concelho de Guimarães é superior ao alegado valor a suportar pelo Estado, é um argumento que por assentar em generalidades e em apuramentos de valores não sustentados, não nos merece credibilidade. Aqui chegados, importa esclarecer alguns equívocos. Tem sido dito, e foi já dito pela Câmara de Guimarães, que foi este Governo que lançou este cutelo de 5% sobre os Municípios. Que foram surpreendidos com esta percentagem de retenção pelo Estado central. Nada de mais falso. E que tem que ser esclarecido. Em primeiro lugar porque esta retenção está legalmente prevista desde 2003. Desde 2003, com a entrada em vigor do IMI, que está determinado que a reavaliação dos prédios ocorreria no prazo máximo de dez anos após a sua entrada em vigor. Estamos por isso a um ano do fim do prazo determinado na lei. E estamos por isso perante uma disposição legal que já tem 9 anos. Qual é a surpresa? Em segundo lugar, desde 2003 que está previsto na lei que *"quando se proceder à avaliação geral dos prédios será afetada para despesas do serviço de avaliações uma percentagem até 5%, a fixar e regulamentar por portaria, do IMI cobrado nos anos em que se realizar a operação"*. Como previsto desde 2003, a Portaria 106/2012 regulamentou a taxa, tendo-a ficado nos 5%, limite máximo aí permitido. É por isso bom de ver que os municípios não se podem dizer surpreendidos com esta medida, que está prevista numa lei em vigor há 9 anos. Quer a retenção quer a sua taxa. Como não se pode lançar argumentos forçados para justificar uma decisão que é meramente corporativa, que é a



antítese da solidariedade intraestadual, que demonstra que no Estado Português cada um se preocupa com a sua quinta, ninguém se preocupando com o todo comum. Todos estão prontos para beneficiar, mas ninguém está pronto para ceder. Está igualmente visto que neste braço-de-ferro entre Administração Central e autarquias locais, cada qual se preocupa com o dinheiro que lhe toca a si, mas ninguém se preocupa com o dinheiro que paga o cidadão. Porque esse, paga sempre. Fiquem os 5% para as autarquias locais ou sejam retidos pelo Estado. Continuando-se a promover a entrega de recursos gerados pelas empresas e cidadãos ao sector público. Não se sabe para que bolso vai, mas sabe-se de que bolso vem. Mais grave ainda é que, como se tem podido perceber, os critérios para a reavaliação da generalidade dos prédios urbanos têm gerado resultados desajustados – por excesso – face ao valor de mercado dos imóveis. Seria de esperar que as autarquias demonstrassem preocupação quanto aos efeitos de uma injusta reavaliação dos imóveis sobre os munícipes. Mas não. A Câmara assumiu apenas a defesa das suas finanças. Porque está instalado o hábito de cuidar mais das suas finanças do que da economia dos seus Municípios. À Câmara não interessa se os imóveis estão a ser avaliados por preço justo, até porque dessa injustiça será a Câmara a principal beneficiária! O que interessa é discutir para quem ficam os 5%. Por isso nós não pactuamos com esta discussão de ver a quem toca o dinheiro, todos se alheando da justeza dos critérios de avaliação. As câmaras estão preocupadas com os seus proventos, alheando-se daquela que é a sua função primacial: proteger e representar os seus munícipes. E essa não é certamente a postura do PSD”. -----

O Vice-Presidente da Câmara e os Vereadores Francisca Abreu, César Machado, Amadeu Portilha, Alexandra Gesta e José Augusto

Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Votamos a favor da ratificação da providência cautelar avançada pelo Município de Guimarães, em conjunto com um grande número de Municípios, contra o Estado Português, relativamente à decisão de retenção de 5% do valor da receita fiscal do IMI no ano de 2011, o que causará um prejuízo para as receitas municipais de aproximadamente 792 289,60€, por considerarmos que tal representa uma arbitrariedade e ilegalidade, dado que o IMI é uma receita municipal na sua totalidade nos termos da Lei das Finanças Locais em vigor. A alegada justificação por parte do Governo, que tal se destina à assunção dos custos da avaliação dos imóveis ainda não avaliados, não colhe porque a referida avaliação já é suportada, em grande parte, pelo Município, que lhe tem afecta dezasseis funcionários, dois dos quais em serviço permanente nas repartições das Finanças. Somos, nesta posição, acompanhados pelo Presidente da Câmara Municipal de Viseu e Presidente da Associação Nacional de Municípios e, entre outros, pelo Presidente da Câmara Municipal do Porto, Rui Rio, que em declarações de hoje ao JN afirmou: “Dá um pouco a ideia que o Ministério das Finanças está a querer fazer um negócio pouco transparente à custa das autarquias”. A atribuição ao poder central de uma percentagem do imposto cobrado, reduzindo a receita municipal, contribuirá decisivamente para a impossibilidade da reconsideração das taxas a aplicar, que admitíamos poderem ser revistas se, em função das avaliações que irão decorrer, suceder um acréscimo significativo da receita obtida. Tal terá assim custos efetivos para as populações, agravando a carga fiscal já suportada”. -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE  
PARECER PRÉVIO – PRORROGAÇÃO DA AQUISIÇÃO DE**



**SERVIÇOS – ASSESSORIA TÉCNICA PARA A PROGRAMAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DAS OBRAS INERENTES À CAPITAL EUROPEIA DA CULTURA 2012** – Presente a seguinte

informação: “**1. Objeto:** prorrogação, por mais 4 meses, do contrato de aquisição de serviços, referente a assessoria técnica para a programação e sistematização das obras inerentes à Capital Europeia da Cultura 2012, com a empresa “EJ2M – ENGENHARIA CIVIL, LDA.” **2. Considerandos:** O Município de Guimarães celebrou um contrato de aquisição de serviços, referente a assessoria técnica para a programação e sistematização das obras inerentes à Capital Europeia da Cultura 2012, com a empresa “EJ2M – ENGENHARIA CIVIL, LDA.”, em 18 de Maio de 2010, tendo em conta o grau de complexidade elevado das obras perspectivadas no âmbito de “Guimarães, Capital Europeia da Cultura 2012”, nomeadamente a “Plataforma das Artes”, a “Casa da Memória” e ainda o “Centro de Formação Avançada Pós-Graduada/Domus Civil”; As tarefas associadas aos serviços que se pretende prorrogar apresentam-se vastas e exigentes, revestindo um grau de complexidade elevado, e apresentando não só diferentes naturezas (espaço público, edificação, reabilitação, etc...) e distintas dimensões, como também uma localização muito concentrada, na área central da cidade, sendo ainda necessário, na presente data e até Setembro de 2012, o acompanhamento da fase de comissionamento das instalações, nomeadamente o arranque e testes dos equipamentos (AVAC, Telecomunicações, equipamentos de som e luz, e demais equipamentos elétricos) e formação das equipas responsáveis pela gestão e manutenção do edifício e apuramento das contas finais da “Plataforma das Artes”, e ainda o acompanhamento até à conclusão da execução da “Casa da Memória” e do “Centro de Formação Avançada Pós-

Graduada/Domus Civil”; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público, pretendendo-se assim a finalização dos trabalhos anteriormente desenvolvidos; **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que a Câmara Municipal, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, autorize a prorrogação do contrato de aquisição e serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a execução das tarefas referentes à assessoria técnica para a programação e sistematização das obras inerentes à Capital Europeia da Cultura 2012, com a empresa “EJ2M – ENGENHARIA CIVIL, LDA.” b) A despesa estima-se em 9.833,33€ (nove mil oitocentos e trinta e três euros e trinta e três cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; c) A esta despesa corresponde a declaração de cabimento nº 2863/2012; d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante Ajuste Direto, ao abrigo da alínea a) do nº1 do art.º 20º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro – Código dos Contratos Públicos, prorrogando-se o contrato de aquisição de serviços, pelo prazo de 4 meses, celebrado com a empresa “EJ2M – ENGENHARIA CIVIL, LDA.”; e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum; f) Finalmente, informa-se que será aplicada a redução remuneratória prevista no art.º 19º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, de acordo com o preceituado no nº 2 do art.º 26º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, ou seja, será aplicada uma taxa de





redução de 10%". **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.**

Absteve-se o Vereador José Torcato Ribeiro. -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE  
PARECER PRÉVIO - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE  
ASSESSORIA JURÍDICA PARA ACOMPANHAMENTO DO  
PROCESSO RELATIVO AO CONTRATO DE URBANIZAÇÃO DA  
DENOMINADA “NOVA CENTRALIDADE DE SILVARES” –**

Presente a seguinte informação: “**1. Objeto:** Aquisição de serviços de consultadoria jurídica para acompanhamento do processo relativo ao contrato de urbanização da denominada “nova centralidade de Silvares” celebrado entre a Câmara Municipal de Guimarães e um conjunto de promotores privados. **2.**

**Considerandos:** Em 23 de dezembro de 2008, a Câmara Municipal de Guimarães e um conjunto de promotores privados celebraram um contrato de urbanização que visou fixar as regras e condicionantes a observar na concretização física do estudo urbanístico denominado “nova centralidade de Silvares”. Em função do desenvolvimento do processo, nomeadamente da materialização de algumas obras previstas no mencionado contrato de urbanização, verificou-se a necessidade de promover uma adenda a esse mesmo contrato no sentido da clarificação e atualização das condicionantes e obrigações que às Partes reportavam. A realização deste trabalho (adenda ao contrato de urbanização) implicou uma componente de trabalho jurídico permanente em todo o processo, tendo sido solicitada a colaboração do advogado Sr. Dr. João Gomes Alves, pela experiência e conhecimento jurídicos revelados nestas matérias de urbanismo. A colaboração do mencionado jurista registou-se ao nível da análise de todo o processo relativo ao contrato de urbanização celebrado, tendo-se concluído com a formalização da

adenda ao contrato de urbanização. Entretanto, os serviços municipais envolvidos neste processo (Departamento de Projetos e Planeamento Urbanístico, Divisão de Operações de Loteamento e Divisão de Património Municipal) prestaram uma informação conjunta quanto à situação em que o processo se encontra, nomeadamente o que já foi realizado pelos promotores e o que ainda falta fazer relativamente ao que se obrigaram naquele Contrato inicial e respetiva adenda. Nesta informação foi ainda proposto que o processo fosse analisado, do ponto de vista jurídico, pelo Sr. Dr. João Gomes Alves, pelas razões atrás expostas. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração de um contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a assessoria jurídica no estudo e acompanhamento do processo relativo ao contrato de urbanização celebrado entre a Câmara Municipal de Guimarães e um conjunto de privados relativo à "nova centralidade de Silvaes". b) A despesa estima-se em €2.500,00 (dois mil e quinhentos euros) ao qual acrescerá IVA à taxa legalmente em vigor; c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 03.02.02.14, correspondente à declaração de cabimento nº 2862/2012; d) O procedimento de formação do contrato será mediante ajuste direto, por se verificar ser o procedimento correto nos termos do designado na al. e) do n.º 1 do art.º 24.º do Decreto-Lei 18/08, de 29 Janeiro (Código dos Contratos Públicos); e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao



2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum; f) Finalmente, informa-se que será aplicada a redução remuneratória prevista no art.º 19.º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, o que implicará uma redução máxima no valor de €150,00, e uma despesa final máxima de €2.350,00". **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Absteve-se o Vereador Torcato Ribeiro.-----

Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Na reunião de 27.10.2011 veio a reunião de Câmara uma proposta, que veio a ser aprovada por unanimidade, para a celebração de uma relação de avença para prestação de serviços jurídicos ao Município de Guimarães, pela sociedade vimaranense GAMA LOBO XAVIER, LUÍS TEIXEIRA E MELO – SOCIEDADE DE ADVOGADOS, R.L. Sociedade de advogados que aliás vem mantendo o acompanhamento dos assuntos jurídicos do Município, já de há vários anos a esta parte. Os vereadores do PSD têm votado sucessivamente contra pagamentos de serviços pontuais prestados por outros advogados e/ou sociedades de advogados conquanto o contrato de avença em vigor cubra o âmbito de representação assegurado por esse serviço pontual. E sobretudo, por nada nos ser apresentado, nos diversos textos das diversas deliberações que aqui temos votado, que fundamente a excecionalidade das propostas de deliberação, razões de natureza excecional que pudessem justificar ou ter justificado esta contratação fora do âmbito da relação de avença instituída. Ora, isso não é o que sucede neste ponto. O ponto 2 da deliberação, designado como "considerandos" desta proposta, fundamenta de forma que consideramos bastante os motivos da contratação, para este ponto em concreto, do causídico vimaranense, Dr. João

Gomes Alves. Designadamente, ao referir que havia sido o Dr. João Gomes Alves quem, em 2008, havia procedido à elaboração e participado na negociação da adenda ao contrato de urbanização, razão pela qual nos parece razoável e plenamente justificável a manutenção da confiança no jurista em causa, precisamente atentos os motivos invocados. Pela aludida fundamentação, os vereadores do PSD votam favoravelmente a presente proposta". -- O Vice-Presidente da Câmara e os Vereadores Francisca Abreu, César Machado, Amadeu Portilha, Alexandra Gesta e José Augusto Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Votamos a favor da aquisição de serviços de consultadoria jurídica à Sociedade de Advogados onde se integra o Dr. João Gomes Alves para acompanhamento do processo relativo ao contrato de urbanização da "nova centralidade de Silvaes", dado que desde 2008, ano em que foi celebrado um primeiro contrato entre um conjunto de promotores privados e a Câmara Municipal, que o processo tem sido por ele acompanhado, e pela sua experiência e conhecimento jurídico em matérias de urbanismo. No momento em que se torna necessária a elaboração de uma adenda ao contrato de urbanização anteriormente celebrado, o que exigiu a análise de todo o processo anterior, justifica-se a celebração do novo contrato proposto". -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – CONSULTADORIA JURÍDICA – ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DA VITRUS AMBIENTE, EM, SA** – Presente a seguinte informação: "**1. Objecto**: Prestação de serviços de consultadoria jurídica para acompanhamento do processo da VITRUS AMBIENTE, EM, SA, nomeadamente aconselhamento e emissão de pareceres jurídicos que habilitem a autarquia a responder às notificações das entidades que auditam o



sector empresarial local. **2. Considerando:** Que a execução das tarefas associadas ao serviço que se pretende contratar requer conhecimentos, capacidade técnica e formação especializados, na área do regime jurídico do sector empresarial local, devido ao grau de complexidade e especificidade associado a estes assuntos; Não foi consultado o Departamento de Recursos Humanos, tendo em conta que o que se pretende é a contratação de pessoal especializado no âmbito do regime jurídico do sector empresarial local, considerando as profundas alterações que esta matéria tem sofrido. Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração de um contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é a aquisição de serviços de consultadoria jurídica na área do direito público, mais concretamente do regime jurídico do sector empresarial local, aconselhamento e emissão de pareceres jurídicos que habilitem a autarquia a responder às notificações das entidades que auditam o sector empresarial local. b) A despesa estima-se em valor inferior a €5.000,00 (cinco mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 020214, correspondente ao ano de 2012. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste direto, ao abrigo da alínea a), do n.º 1 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, contratando-se a sociedade de advogados Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva e Associados, Sociedade de Advogados, especialista nesta área, relacionada com o regime

jurídico do sector empresarial local. e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2.º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum; f) Finalmente, informa-se que será aplicada a redução remuneratória prevista no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, se a ela houver lugar”.

**DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Absteve-se o Vereador José Torcato Ribeiro. Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Na reunião de 27.10.2011 veio a reunião de Câmara uma proposta, que veio a ser aprovada por unanimidade, para a celebração de uma relação de avença para prestação de serviços jurídicos ao Município de Guimarães, pela sociedade vimaranense GAMA LOBO XAVIER, LUÍS TEIXEIRA E MELO – SOCIEDADE DE ADVOGADOS, R.L. Sociedade de advogados que aliás vem mantendo o acompanhamento dos assuntos jurídicos do Município, já de há vários anos a esta parte. Os vereadores do PSD têm votado sucessivamente contra pagamentos de serviços pontuais prestados por outros advogados e/ou sociedades de advogados conquanto o contrato de avença em vigor cubra o âmbito de representação assegurado por esse serviço pontual e na medida em que não apresentada fundamentação para a excecionalidade da contratação. Ora, neste ponto, é-nos sugerida a contratação pontual de uma sociedade de advogados para *“responder às notificações das entidades que auditam o setor empresarial local”*, mais se considerando, no ponto 2, que *“a execução das tarefas associadas ao serviço que se pretende contratar requer conhecimentos, capacidade técnica e*



formação especializados, na área do regime jurídico do sector empresarial local, devido ao grau de complexidade e especificidade associado a estes assuntos" (sublinhado nosso). Contrariamente ao que dissemos no ponto anterior (9) desta mesma reunião, nada, sublinha-se, absolutamente nada é dito no texto que fundamenta a presente proposta de deliberação quanto à existência de qualquer impossibilidade por parte da sociedade de advogados com a qual tem o Município de Guimarães um contrato de acompanhamento jurídico, ou sequer acerca das eventuais razões de natureza excecional que pudessem justificar ou ter justificado esta contratação fora do âmbito da relação de avença instituída. O texto escolhido para esta deliberação é até, dizemos mesmo, indelicado para com aqueles que acompanham juridicamente o Município de Guimarães, com prestações certamente assinaláveis e não merecedoras de reparo, o que não subjaz a uma correta interpretação do texto da presente deliberação. Acresce a tudo isto o seguinte: Não conseguem os vereadores do PSD compreender por que razão há-de o Município de Guimarães pagar a assessoria ou consultadoria jurídica de um régie-cooperativa! Não possui a cooperativa em causa de meios próprios para suportar as suas despesas de funcionamento? Não se trata de um financiamento encapotado à exploração da VITRUS AMBIENTE? Com estas injeções a fundo perdido para pagar despesas correntes das régie-cooperativas, torna-se mais simples que estas apresentem valores e balanços razoáveis. Mas a verdade é que esta prática é precisamente aquilo que se tenta evitar a todo o custo. Convém ainda reforçar que um dos motivos pelos quais os vereadores do PSD votaram contra a constituição da VITRUS AMBIENTE foi precisamente atenta a circunstância de esta nova empresa implicar uma série de custos novos para o

erário público, custos de contexto e funcionamento esses que seriam evitados se a parte que sobrou da ECO-AVE fosse, como então sugeríamos, incorporada na VIMÁGUA. Aqui está uma prova evidente do que então dizíamos! Pelas aludidas razões, votamos **contra**". -----

O Vice-Presidente da Câmara e os Vereadores Francisca Abreu, César Machado, Amadeu Portilha, Alexandra Gesta e José Augusto Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Votamos a favor da contratação da prestação de serviços de consultadoria jurídica à Sociedade de Advogados Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva e associados, para acompanhamento do processo da VITRUS AMBIENTE, EM, SA, através de aconselhamento e emissão de pareceres jurídicos que habilitem a autarquia a responder às notificações das entidades auditoras, que não encontra resposta nos serviços jurídicos do Município, dada a complexidade e especificidade jurídica associada a tal processo, considerando as profundas alterações verificadas no regime do sector empresarial local - área em que aquela sociedade de advogados se encontra especialmente vocacionada - que exigem um conhecimento técnico especializado". -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – AJUSTE DIRETO – PROC. N.º 92/11 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES MÓVEL DE VOZ, TRANSMISSÃO DE DADOS VIA SMS, MMS, GPRS E/OU UMTS E DE BANDA LARGA – IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA** – Presente a seguinte informação: "No âmbito do processo de ajuste direto supra identificado, e na sequência da notificação do relatório final onde foi proferido despacho de adjudicação da prestação de serviços à concorrente "TMN – Telecomunicações Móveis, SA", adiante apenas designada TMN, a concorrente "OPTIMUS – Comunicações,





SA", a seguir identificada como OPTIMUS, apresentou, no prazo que a lei lhe confere, uma impugnação administrativa, nos termos previstos nos art.ºs 269.º a 272.º do Código dos Contratos Públicos, conforme documento que se junta em anexo como **doc. 1** e que fica a fazer parte integrante da presente informação. A impugnação apresentada refere, em suma, que: 1 - Discorda do motivo pelo qual a sua proposta foi excluída do procedimento, isto é, a proposta foi excluída porque não cumpria o preço apresentado na sessão de negociação, mesmo após pedido de esclarecimentos formulado pelo júri, apresentando os fundamentos jurídicos que entendeu necessários para suportar tal discordância. 2 - Em segundo lugar, discorda igualmente da decisão do júri relativamente à alegação de que a sua proposta " de alguma forma, apresenta propostas variantes, nomeadamente no que respeita à mensalidade dos parcometros, dado que apresenta uma mensalidade de €2,00 e, depois, vem conceder a possibilidade de serem subscritos pacotes". A concorrente discorda porque entende que cumpriu integral e rigorosamente, o que está fixado nas peças procedimentais. 3 - De seguida a concorrente argumenta relativamente à decisão do júri quanto à manutenção da proposta de adjudicação à concorrente TMN, apesar dos vícios por si invocados em sede de pronúncia no exercício do direito de audiência prévia, que entende não ter sido fundamentada. Mantém, nesta impugnação, que existem motivos para a exclusão da proposta da TMN. Termina solicitando que seja revogada a decisão de adjudicação da TMN, devendo ser admitida a sua proposta e excluída a proposta da TMN e, em consequência serem reordenadas as propostas em conformidade. Em cumprimento do disposto no art.º 273.º do Código dos Contratos Públicos foram notificadas todas as contra interessadas para, no prazo de 5 dias,

se pronunciarem sobre o pedido e os seus fundamentos. No prazo estabelecido para o efeito a concorrente TMN apresentou a exposição que se junta em anexo à presente informação como **doc. 2** e dela fica a fazer parte integrante. Nesta exposição a TMN vem discordar da argumentação apresentada pela OPTIMUS quanto à exclusão da sua proposta, reiterando que esta cumpre integralmente o caderno de encargos e que se deve manter a adjudicação nos termos em que foi decidida. Solicitada informação quanto ao exposto naquela impugnação administrativa, cumpre informar: O presente documento procurará abarcar todas as considerações formuladas e na ordem apresentada, no sentido de potenciar uma resposta global e, ao mesmo tempo, rigorosa e direta relativamente aos argumentos explicitados. Assim: 1 - Quanto aos fundamentos da exclusão da proposta da impugnante: O júri do procedimento entendeu excluir a proposta da ora impugnante porque a proposta final por esta apresentada, após a realização da sessão de negociação, não apresentava todos os preços acordados naquela sessão, concretamente "o preço da banda larga, com tráfego ilimitado". Na verdade, entendeu o júri, e tal entendimento foi suportado na ata da sessão de negociação assinada por todos os presentes, que a OPTIMUS apresentou naquela sessão de negociação um preço de €1450,00 para este serviço, para os até 100 cartões que o Município poderia necessitar. No entanto, na proposta final apresenta um preço €1.189,00 mais IVA para os 82 cartões que o Município dizia ter neste momento, e até um máximo de 100 cartões. Apesar de convidada a esclarecer esta mudança de valores, a OPTIMUS não o fez e continua a insistir que não apresentou preço novo e que a proposta válida será a final. Do que aqui se disse fácil é de entender a diferença de preço e o que esta diferença significaria



para a OPTIMUS, mas fácil é também de entender que a aceitar-se esta situação os restantes concorrentes se manifestaria, e com razão, quanto à ilegalidade que ela pretendia levar a efeito – a alteração do acordado em sede de negociação e pelos seus representantes assumido naquele ato. Quanto ao argumento de que este facto não é motivo de exclusão da proposta não só porque não está previsto nas normas relativas ao procedimento de ajuste direto, constantes dos art.ºs 114.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, como também não faz parte do elenco dos motivos de exclusão da proposta constantes do n.º 2 do art.º 70.º e do n.º 2 do 146.º do mesmo Código, diremos: O n.º 1 do art.º 121.º do Código refere que após terminada a negociação, o júri “notifica imediatamente os concorrentes para (...) apresentarem as versões finais integrais das propostas, as quais não podem conter atributos diferentes dos constantes das respectivas versões iniciais no que respeita aos aspectos da execução do contrato a celebrar que a entidade adjudicante tenha indicado não estar disposta a negociar.” Significa isto que, a haver negociação neste procedimento (ajuste direto) apenas ocorrerá nos aspectos da execução do contrato que a entidade pretenda negociar, e as versões finais só podem ser diferentes das iniciais nesses aspectos. Contudo, a negociação que só ocorre quanto a alguns desses aspectos, tem que ser respeitada na versão final das propostas. Isto é, da sessão de negociação resulta uma ata, assinada por todos os presentes, onde são devidamente registadas todas as alterações propostas por cada um dos concorrentes e que passa a ser do conhecimento de todos. Deste modo, a versão final das propostas apresentada pelos concorrentes não pode apresentar alterações ao que ali ficou acordado, sob pena de falsear as regras da concorrência. Na anotação ao n.º 1 deste art.º

121.º defende Jorge Andrade Silva (Andrade Silva, Jorge, *Código dos Contratos Públicos, Comentado e Anotado*, 3.ª edição, 2010, Almedina, pág. 419) que *"a versão final das propostas há-de refletir o resultado das negociações, quer não contendo alterações à versão original que não tenham sido objeto de acordo, quer incluindo todos aqueles em que esse acordo se verificou. O objectivo das negociações era o de precisar, completar ou mesmo modificar aspetos substanciais da proposta, implicando, assim, a sua reformulação. Daí que essa proposta, na sua versão final, deva refletir o resultado das negociações, sob pena de exclusão, como expressamente determina o n.º 2 do artigo seguinte"*. O n.º 2 do art.º 122.º refere expressamente que *"no relatório preliminar a que se refere o número anterior, o júri deve também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas (...) que sejam apresentadas em violação do disposto na parte final do n.º 1 do art.º anterior"*. Em anotação a este n.º 2 do art.º 122.º (Idem, pág. 422.), refere aquele autor que *"a segunda parte do n.º 2 visa salvaguardar o respeito pelas condições de participação constantes do convite (art.º 155.º, n.º 2, al. i)) e pelo resultado da negociação, se esta teve lugar. Como ficou dito em anotação ao artigo anterior, nesse caso, a proposta a apresentar deve ser uma versão final que, com rigor e fidelidade, seja o reflexo do resultado das negociações, não podendo, por isso mesmo, conter alterações à versão original que não tenham sido objecto de acordo, alterações a aspectos da execução que eram inegociáveis, nem omitir aqueles que, sendo negociáveis, esse acordo se verificou."* Logo, de tudo o supra exposto, entendemos que bem andou o júri na decisão que tomou e que os motivos apresentados para a exclusão da proposta encontram cabimento legal nas disposições supra transcritas. 2- Quanto à existência de proposta variante da



impugnante: Nesta matéria a impugnante vem dizer que a sua proposta "vem apenas apresentar o que é exigido no Anexo A – Caderno de Encargos, ou seja, *tarifários de comunicações de dados para cartões a introduzir em semáforos, parcometros e pontógrafos.* " e que "na verdade, se em todos os restantes itens é exigida a apresentação do tarifário proposto, neste que agora se aprecia, são solicitados tarifários. " Na verdade, nas peças do procedimento foram solicitados tarifários, porque a entidade adjudicante entendeu que o tarifário poderia ser distinto para semáforos, parcometros ou pontógrafos, mas ainda assim se aceita a interpretação dada pelo concorrente Optimus". Refira-se ainda que este não foi nem seria motivo para exclusão, pois o motivo da exclusão foi, como supra se disse, o não cumprimento, na nova proposta, do preço apresentado na sessão da negociação para "o preço da banda larga, com tráfego ilimitado". Por outro lado a OPTIMUS vem dizer que tendo "invocado que a proposta da TMN não apresenta atributos quanto aos 8º e 9º itens indicados, o júri apenas se refere, no relatório final, ao 9.º item, afirmando que o mesmo apenas deveria ser preenchido se fosse apresentado o preço de banda larga até 200 GB. " Mais uma vez se afirma que a TMN apresenta o preço da banda larga para acesso ilimitado, logo não terá GB de aumento de tráfego. Este ponto seria apenas utilizado pelos concorrentes se apresentassem valor para o item de "banda larga partilhada até 200GB". Logo se a proposta apresentada pelo concorrente TMN apresenta o valor para banda larga ilimitada, não era necessário o acréscimo de GB de aumento de tráfego. Nesta matéria o Caderno de encargos também refere que: "200 Gb Banda Larga partilhado por todos os números com acesso à internet – 1000€/mês ou ilimitado partilhado – 1.500,00€/mês (no máximo até 100 cartões) e por cada 1 GB –

5,00€ (no caso de acesso a Internet limitado)”. Assim, entendeu o júri que a proposta apresentada pela TMN cumpria integralmente o solicitado nestes pontos. Por fim, a OPTIMUS vem dizer que “no que respeita, por outro lado, ao facto de o júri não considerar como motivo de exclusão a apresentação de proposta variante pela TMN, no que respeita ao roaming de dados, invocando que *todos os concorrente incluíram este item nas suas propostas*, reitera-se, do mesmo modo, tudo quanto se afirmou no âmbito da pronuncia apresentada anteriormente, não deixando de se sublinhar o seguinte: a exigência do Anexo A – Caderno de Encargos é clara quando se refere dever ser apresentado Tarifário em roaming. “ Mais uma vez se confirma que todos os concorrentes colocaram este item nas suas propostas e foi até considerada uma mais-valia, aliás como outras, que não eram submetidas a preço. Este item não foi contabilizado para o preço, não fazendo assim sentido ser motivo de exclusão, neste item apenas é solicitado o tarifário proposto para banda larga, caso o Município venha, um dia, a manifestar interesse em subscrever este serviço. Assim, a TMN apresenta o preço para a banda larga e preços com subscrição de pacotes diários ou semanais, enquanto que a OPTIMUS apresenta o Kanguru roamers com um preço, o roaming wi-fi com outro preço, quer com tarifa única quer com pacote, bem como serviços “pay-asyou-go”, e ainda o preço da banda larga o que, mais uma vez salientamos, foi considerada uma mais valia da proposta não tendo sido entendida como uma proposta variante. 3 – Quanto aos motivos apresentados para à exclusão da proposta da concorrente TMN: A impugnante impugna, ainda, a decisão do júri quanto à manutenção da proposta de adjudicação à concorrente TMN, apesar dos vícios por si invocados em sede de pronúncia no exercício do direito de



audiência prévia, que entende não ter sido fundamentada. Mantém, nesta impugnação, que existem motivos para a exclusão da proposta da TMN. No relatório final o júri do procedimento pronunciou-se quanto aos motivos apresentados pela OPTIMUS para exclusão da proposta da TMN. Nesse relatório o júri fundamentou a sua decisão quanto à não aceitação da argumentação e a manutenção da proposta da TMN pelo que se remetem para esse documento as considerações a tecer nesta sede, juntando-se, em anexo, a parte do relatório final que aqui se dá como reproduzida para todos os efeitos legais, e que agora se subscreve (**doc. 3**). Face ao exposto, entendemos que no relatório final o júri apresentou uma fundamentação suficiente e clara para a proposta de adjudicação que formulou e que, dos motivos agora alegados pela impugnante, não resultam factos novos que possam contrariar ou alterar o anteriormente assumido e proposto em sede de relatório final. Deste modo, e considerando que o órgão com competência para a decisão de contratar é a Câmara Municipal, que a delegou no Presidente da Câmara por deliberação tomada em sua reunião de 29 de outubro de 2009, propõe-se, ao abrigo do disposto no n.º 2, do art.º 271.º, do Código dos Contratos Públicos, que a impugnação administrativa que aqui se analisa seja submetida a apreciação e votação da Câmara Municipal, decidindo-se pelo seu indeferimento, nos termos supra expostos. Mais se propõe que seja comunicado à impugnante e aos restantes concorrentes, através da colocação de uma mensagem na plataforma VORTALGOV, que a impugnação será objecto de decisão em sede de reunião da Câmara Municipal, agendada para o próximo dia 24 de maio, pelo que não se deverá considerar a impugnação rejeitada, pelo decurso do prazo para decisão, conforme prevista no art.º 274.º do CCP. Posteriormente

serão todos notificados da decisão final expressa, tomada através de deliberação da Câmara Municipal”. Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

**RECURSOS HUMANOS – SUBSISTEMA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DAS UNIDADES ORGÂNICAS (SIADAP 1) – 2011**

– Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: “**1.** Nos termos da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, aplicada à Administração Local por força do Decreto-Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de setembro, nos Municípios são sujeitas a avaliação de desempenho as unidades orgânicas que dependem diretamente dos membros do órgão executivo. **2.** Cada membro do órgão executivo avalia as unidades orgânicas que superintende, sendo que a avaliação se expressa nas seguintes menções: Desempenho bom: se atingiu todos os objetivos, superando alguns; Desempenho satisfatório: se atingiu todos os objetivos ou os mais relevantes; Desempenho insuficiente: se não atingiu os objetivos mais relevantes. **3.** Nos termos do n.º 3 do artigo 12.º do Decreto – Regulamento n.º 18/2009, de 4 de setembro compete à Câmara Municipal ratificar a avaliação das unidades orgânicas atribuídas pelo membro do órgão executivo de que dependam. **4.** Nestes termos, propõe-se que sejam ratificadas as avaliações de desempenho atribuídas pelos membros do órgão executivo: a) Presidente da Câmara – António Magalhães: **Departamento de Administração Geral**: Desempenho bom; **Departamento de Gestão Urbanística**: Desempenho bom; **Departamento de Projetos e Planeamento Urbanístico**: Desempenho bom; **Divisão de Ação Social**: Desempenho bom; **Divisão do Centro Histórico**: Desempenho bom. b) Vereador – Domingos Bragança: **Departamento de Obras Municipais**:





Desempenho bom; **Departamento Financeiro**: Desempenho bom; **Divisão de Sistemas de Informação**: Desempenho bom. c) Vereadora – Francisca Abreu: **Departamento de Juventude, Educação e Cultura**: Desempenho bom; **Divisão de Biblioteca e Documentação**: Desempenho bom; **Divisão de Arquivos**: Desempenho satisfatório. d) Vereador – César Machado: **Departamento de Fiscalização, Contencioso e Polícia Municipal**: Desempenho satisfatório. e) Vereador – Amadeu Portilha: **Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente**: Desempenho bom; **Divisão de Relações Públicas e Turismo**: Desempenho bom. f) Vereadora – Alexandra Gesta: **Divisão Mapa 2012**: Desempenho bom. g) Vereador – José Augusto Araújo: **Departamento de Recursos Humanos**: Desempenho bom”. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira, André Coelho Lima e José Torcato Ribeiro. -----  
Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “A avaliação das unidades orgânicas, nos termos da lei, deve ser presente a reunião de Câmara, no caso de avaliação como “excelente” para atribuição da respetiva classificação de desempenho, no caso de outras avaliações inferiores para ratificação das mesmas avaliações. Independentemente de se tratar de uma atribuição ou de uma ratificação, está sempre pressuposta uma avaliação subjetiva, ou ao menos, a concessão da possibilidade de verificação da conformidade da avaliação que nos é apresentada para ratificação. Ora, no presente caso, é-nos presente para deliberação uma série de classificações atribuídas aos diversos departamentos e unidades orgânicas, sem que seja disponibilizado aos vereadores, como parte integrante da deliberação, o quadro

de avaliações parcelares que nos permitam aferir da justeza e conformidade da avaliação final. Este facto, desde logo, é merecedor das maiores reservas pois duvidamos da legalidade de que o quadro das avaliações parcelares e relatórios de avaliação não seja parte integrante da deliberação. Mas mais grave é que no ano antecedente, naquele que foi o primeiro ano de avaliação de acordo com o sistema SIADAP, os quadros com os parcelares e os relatórios de desempenho foram efetivamente remetidos aos vereadores para consulta. O que teria feito que a postura que a Câmara teve no ano transato não seja seguida no presente ano? Independentemente das razões, facto é que o não envio, em formato de papel mas sobretudo como parte da deliberação a tomar, é-nos merecedor das maiores reservas, e sobretudo, revela uma postura que visa, não limitar mas pelo menos dificultar o exercício da fiscalização democrática, o que são práticas em desuso e representam uma forma lamentável do exercício da ação política. Por isso entendem os vereadores do PSD dever: 1 – Lamentar esta tentativa de limitar o exercício da fiscalização democrática com práticas mesquinhas que não são próprias de uma Câmara com a dimensão e tradição da Câmara Municipal de Guimarães; 2 – Lamentar que a prática agora adotada implique um retrocesso na prática instituída no ano anterior (primeiro ano de avaliação pelo sistema SIADAP), sendo que a mudança de prática no sentido de uma menor abertura e menor transparência é um sinal em sentido contrário àquilo que deve ser dado; 3 – Esperar que esta mudança de postura nada tenha que ver com a circunstância de os serviços sob alçada do Presidente de Câmara e do vereador Domingos Bragança terem conhecido uma desclassificação, de “Excelente” para “Bom”. -----

**ENTIDADES PARTICIPADAS – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO AVE – APOIO EM PROCEDIMENTOS CONCURSAIS**

Presente a seguinte informação: “A Comunidade Intermunicipal (CIM) do Ave solicitou a colaboração dos serviços do Município de Guimarães para assegurar a realização do método de seleção “Entrevista de Avaliação de Competências” no âmbito de procedimento concursal para técnico superior na área das artes performativas, na sequência da indisponibilidade da GeRAP – Empresa de Gestão Partilhada de Recursos da Administração Pública para assegurar a sua realização em tempo útil. De acordo com o disposto no artigo 12.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, as entrevistas de avaliação de competências são realizadas por técnicos com formação adequada para o efeito, dispondo os serviços do município de três técnicos superiores habilitados. Integrando o município de Guimarães aquela comunidade intermunicipal, que tem como objetivo promover a gestão de projetos intermunicipais nos concelhos que a compõem, e destinando-se o procedimento concursal ao preenchimento de posto de trabalho do mapa de pessoal daquela instituição, trata-se de atividade de interesse municipal, sendo a câmara municipal competente para deliberar quanto à sua comparticipação, nos termos do disposto no artigo 64.º, n.º 4 al. b) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro. Atentos os prazos do procedimento concursal, foi apontada pela CIM do Ave o prazo limite de 11 de maio para aplicação do método de seleção, razão pela qual foi necessário tomar de imediato a decisão de prestação de apoio solicitado, conforme meu despacho de 10 de maio último, proferido ao abrigo do n.º 3 do artigo 68.º da referida lei n.º 169/99. Nestes termos, proponho que seja autorizada pela câmara municipal a prestação do apoio solicitado, através da colaboração de trabalhador do

município para o efeito habilitado, ratificando assim, ao abrigo do disposto no mencionado artigo 68.º, n.º 3, o meu despacho de 10 de maio de 2012”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO – EB1/JI DE AGRAS – GANDARELA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: “A EB1/JI de Agras – Gandarela solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos alunos, no dia 14 de Junho, à Montanha da Penha. Assim, considerando que se trata da realização de uma atividade de relevante interesse pedagógico, e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por meu despacho de 27 de abril de 2012, proponho o deferimento do pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se à reunião de Câmara o apoio a conceder para deliberação”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ---

**EDUCAÇÃO - EB1 de AGRAS – GANDARELA - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: “A EB1 de Agras – Gandarela solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos alunos ao Agrupamento no dia 6 de Junho. Assim, considerando que se trata da realização de uma atividade de relevante interesse, e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho de 9 de maio de 2012 propõe-se o deferimento do pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se à reunião de Câmara para deliberação”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO – EB1/JI PULO – ALDÃO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente, para ratificação, o despacho do



Presidente da Câmara, datado de 27 de abril de 2012, que disponibilizou à EB1/JI de Pulo Aldão o transporte, em autocarro, dos alunos ao Museu Alberto Sampaio, no dia 24 de Maio.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO - AGRUPAMENTO VERTICAL DE BRITEIROS – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 27 de abril de 2012, que disponibilizou ao Agrupamento Vertical de Briteiros o transporte, em autocarro, dos alunos da EB1/JI de Barco ao Centro Histórico, no dia 16 de Maio. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL – PASSEIOS À PRAIA/CAMPO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: “Por solicitação da Divisão de Ação Social, no âmbito do apoio à atividade “Passeios à Praia/Campo”, dirigida às IPSS e instituições de apoio à terceira idade de Guimarães, é pretendido o apoio às deslocações, pelo que se reserva um autocarro para os dias 3, 4, 5, 6, 10, 11, 12, 13, 17, 18, 19, 20, 24, 25, 26 e 27 de Setembro e 1, 2, 3, 4, 8, 9, 10, 11, 15, 16, 17, 18, 24, 25, 29, 30 e 31 de Outubro, deslocações estas a efetuar num raio de 50 kms. Assim, considerando que se trata de uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se à aprovação o apoio a conceder, bem como o pagamento de ajudas de custo ao motorista”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA – DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

Pelas 11:55 horas foi dada a palavra ao cidadão **José Cunha**, que perguntou o que pretende a Câmara Municipal fazer para combater o estacionamento abusivo em cima dos passeios e

passadeiras, nomeadamente em dias de realização de jogos de futebol. O **Vice-Presidente da Câmara** comunicou que a Câmara Municipal tudo tem feito, através dos seus serviços, designadamente a Polícia Municipal, para combater estas atitudes. Acrescentou, a propósito, que é necessário promover uma campanha de sensibilização a fazer do ponto de vista cívico. -----

**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ATA EM MINUTA. -----**

**PELAS DOZE HORAS O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----**